

- * Weber, Max. “Conceitos sociológicos fundamentais”, **Economia e Sociedade**, Brasília, Editora da UnB, tomo 1.
- Weber, Max. “Introdução”. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**, São Paulo, Pioneira, 1967.
- Coser, Lewis A. “Tendências americanas”, Tom Bottomore e Robert Nisbet, **História da Análise Sociológica**, Rio, Ed. Zahar, 1980.
- * Faris, Ellsworth. “Grupos primários: essência e acidente”, “Atitudes sociais”, in: Pierson, Donald (org.). **Estudos de Organização Social**, Martins Fontes, 1970.
- * Parsons, Talcott. “A interação social”, “Papel e sistema social”, in: Fernando H. Cardoso e Otávio Ianni, **Homem e Sociedade**, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1973.
- * Hartley, E.L. e Hartley, R.E. “Status social e papel social” in: Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni, **Homem e Sociedade**, São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1973.
- * Levy Jr., M.J. “Socialização” in: Fernando H. Cardoso e Otávio Ianni, **Homem e Sociedade**, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1973.
- * Giddens, Anthony. “Agencias de socialización” e “Resocialización”, in: **Sociología**, Madrid, Alianza Editorial, 1991.
- * Znanieck, Florian. “A noção de valor cultural”, in: Fernando H. Cardoso e Otávio Ianni, **Homem e Sociedade**, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1973.
- * Giddens, Antony. “Conformidad y desviación”, in: **Sociología**, Madrid, Alianza Editorial, 1991.
- * Sumner. William G. “Folkways, mores e instituições”, in: Pierson, Donald (org.). **Estudos de Organização Social**, Martins Fontes, 1970.
- * Pierson, Donald. “Um sistema de referência para o estudo dos contatos raciais e culturais”, **Sociologia**, vol. III, março 1941, n° 1, pp. 1-17.
- * Warner, W. Lloyd. “Casta e classe”, in: Pierson, Donald (org.) **Estudos de Organização Social**, Martins Fontes, 1970.
- * Willems, Emilio. “Velhos e novos rumos no estudo das classes sociais”, **Sociologia**, vol. X, 1948, n. 2-3.
- * Fernandes, Florestan. “A análise sociológica das classes sociais”, **Sociologia**, vol. X, 1948, n. 2-3.
- * Giddens, Anthony. “Movilidad social”, in: **Sociologia**, Madrid, Alianza Editorial, 1991.
- * Tönnies, Ferdinand. “Comunidade e Sociedade”, in: Pierre Birnbaum e François Chazel, **Teoria Sociológica**, São Paulo, Hucitec/Edup, 1987.
- * Radcliffe-Brown, A.R. “Função em ciências social”, in: Pierson, Donald (org.) **Estudos de Organização Social**, Martins Fontes, 1970.

* Homans, George. “Que entendemos por estrutura social?” Peter Blau (org.). **Introdução ao Estudo da Estrutura Social**, Rio, Zahar, 1977.

* Geddens, Anthony. “Cambio social: passado, presente y futuro” in: **Sociologia**, Madrid, Alianza Editorial, 1991.

Unidade II

Micelli, Sérgio. “Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil, 1930-1964”, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 5, vol. 2, out. 1987.

Ortiz, Renato. “Notas sobre as Ciências Sociais no Brasil”, in: **Novos Estudos CEBRAP**, N. 27, julho de 1990 pp. 163-175.

Correa, Mariza. “Traficantes do excêntrico. Os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60”, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 6, vol. 3, outubro. 1988.

* Cardoso, Fernando Henrique. “Livros que inventaram o Brasil”, in: **Novos Estudos CEBAP**, n. 37, novembro de 1993, pp. 21-36.

Arantes, Paulo E. “O positivismo no Brasil”, in: **Novos Estudos CEBRAP**, n. 21, julho de 1988, pp. 185-194.

Santos, Luiz A.C. “Meia palavra sobre a ‘filosofia positiva’ no Brasil – Diálogo com Paulo Eduardo Arantes” in: **Novos Estudos CEBRAP**, N. 22, outubro de 1988, pp. 193-198.

* Skindmore, T. E. “Política, literatura e o sentimento brasileiro de nacionalidade antes de 1910” in: **Preto no Branco, R5ça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

Skindmore, T.E. “Criadores de mitos: os arquitetos da identidade nacional brasileira” in: **O Brasil visto de fora**, Rio, Paz e Terra, 1994.

* Freire, Gilberto. “O negro na vida sexual e de família do brasileiro”, **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**, Cap. IV, Rio de Janeiro, Schimidt, 1933.

* Hollanda, Sérgio B. “Trabalho e aventura” e “O homem cordial” in: **Raízes do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1936.

Avelino Filho, G. “Cordialidade e civilidade em Raízes do Brasil”, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 12, vol. 5, fevereiro de 1990.

* Prado Junior, Caio. “Sentimento da colonização” in: **A Formação do Brasil Contemporâneo, Colônia**, Ed. Brasiliense, 1965.

Prado Junior, Caio. “Aspectos sociais e políticos da revolução brasileira” in: **A Revolução Brasileira**, Ed. Brasiliense, 1972.

Limonge, Fernando. “Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Junior e Revista Brasiliense”, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 5, vol 2, outubro de 1987.

Melo, Jayro G. “O economicismo em Caio Prado Jr.” In: **Novos Estudos CEBRAP**, n. 18, setembro de 1987, pp. 42-56.

* Fernandes, Florestan. “persistência do passado” in: **O negro no mundo dos brancos**, Difel, 1972.

Ianni, Otávio. “Estudo de comunidade e conhecimento científico”, **Sociologia da Sociologia Latino-Americana**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

* Lambert, Jacques. “A sociedade dualista e o contraste da estrutura social entre os dois Brasis” in: **Os Dois Brasis**, Cia. Ed. Nacional, 1969.

Lopes, Juarez Brandão. “Desagregação da sociedade patrimonialista’ e “Conclusão”, **Desenvolvimento e Mudança Social**, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1968.

Cardoso, Fernando HJ. “Política e ideologia: a burguesia industrial”, **Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil**, São Paulo, Difel, 1972.

* Cardoso, Fernando H. “A dependência revisitada”, **As Idéias e seu Lugar**, Rio de Janeiro, Vozes, 1980.

Coutrot, Thomas. “Dependência e informalidade” in: **Novos Estudos CEBRAP**, n. 29, março de 1991, pp. 156-171.

* Guimarães, Antonio Sérgio A. “‘Raça’, racismo e grupos de cor no Brasil”, Rio de Janeiro, **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, número 27, pp. 45-63, 1995.

Guimarães, Antonio Sérgio A. “Racismo e anti-racismo no Brasil”, **Novos Estudos CEBRAP**, n. 43, novembro de 1995.

* Gonçalves, M.^a e Maggie, Yvonne. “As pessoas fora do lugar: a produção da diferença no Brasil”, in: Gláucia Villas Boas e Marco Antonio Gonçalves (orgs.). **O Brasil na Virada do Século**, Rio de Janeiro, Relume/Dumará, 1995

Gonzales, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, **Ciências Sociais Hoje**, nº 2, ANPOCS, 1983.

* Pierucci, Antonio Fávio. “Problemas com a igualdade (ou: ciladas da diferença II)”, Sérgio Adorno (org.). **A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade**, Porto Alegre, Editora da Universidade, 1995.

Ianni, Otávio. “Globalização: novo paradigma das ciências sociais”, Sérgio Adorno (org.). **A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade**, Porto Alegre, Editora da Universidade, 1995.


Antônio Carlos Lopes Senna
Coordenador Administrativo
Colegiado de Direito
Faculdade de Direito da UFBA
SIAPE 0289978



COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME

FCH -124

ANTROPOLOGIA 1

CARGA HORÁRIA

MÓDULO

SEMESTRE VIGENTE

T	P	E	TOTAL
68	00	00	68

T	P	E
50	00	00

2007/2

EMENTA

Exame dos conceitos teóricos e metodológicos básicos da antropologia sócio-cultural. A antropologia como ciência: suas subdivisões. Breve apresentação de seus principais campos e correntes mais relevantes.

OBJETIVOS

Fornecer ao aluno os conhecimentos básicos sobre a história e principais temáticas da Antropologia, destacando os aspectos teóricos, metodológicos e éticos envolvidos na prática antropológica.

METODOLOGIA

O curso será desenvolvido através de aulas expositivas, complementadas com apresentação de textos em sala de aula, a cargo dos alunos, com posterior discussão coletiva dos conteúdos. Para a reflexão metodológica, serão realizados trabalhos coletivos de caráter práticos, envolvendo definição/elaboração de projeto, pesquisa de campo com interação com informantes, análise dos dados e elaboração de relatório final.

Os critérios de avaliação serão duas provas escritas, individuais e sem consulta, o trabalho em grupo e a participação em sala de aula.


Antonio Carlos Lopes Senna
Coordenador Administrativo
Colegiado de Direito
Faculdade de Direito da UFBA
SIAPE 0283978

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Modulo 1. A formação de uma disciplina. Divisões da antropologia.

- O conhecimento do homem pelo homem
- A antropologia como processo representacional e comunicativo
- Nós e os Outros: o problema da alteridade
- Indicações sobre o desenvolvimento da antropologia no Ocidente Moderno
- Subdisciplinas da antropologia: breve apresentação
- Distinção entre antropologia física ou biológica e antropologia cultural e social
- Distinção entre etnografia, etnologia, antropologia e sociologia.

Modulo 2: Evolução Humana

- Filogenias: dos primatas aos hominídeos
- O processo de hominização e sapientização
- Natureza e cultura
- Problemática da raça: discussão
- Unidade humana e diversidade cultural.

Modulo 3: Cultura e sociedade

- Cultura e culturas: sentido antropológico e sentido comum do termo.
- A mudança de paradigmas teóricos na antropologia social
- Colonialismo, Racismo Científico e Evolucionismo
- O evolucionismo cultural: Taylor, Frazer e Morgan.
- O culturalismo americano: Franz Boas e seus discípulos
- A escola Personalidade e Cultura: Indivíduo e socialização.
- Contatos interculturais e mudança cultural
- O funcionalismo inglês e os conceitos de estrutura e instituição social.
- O estruturalismo francês e a procura de leis universais

Modulo 4: Metodologia. Situação da antropologia entre as ciências sociais e humanas

- Características do enfoque antropológico
- Pesquisa antropológica: breve apresentação de métodos usuais
 - Etnografia e trabalho de campo
 - Observação participante
 - O método comparativo
- Subjetividade e objetividade
- A pesquisa antropológica nas sociedades complexas.



Antônio Carlos Lopes Senna
Coordenador Administrativo
Colegiado de Direito
Faculdade de Direito da UFBA
SIAPE 0283978

BIBLIOGRAFIA

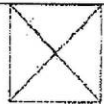
- LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, [1987] 1995. (Introdução, caps. 1 e 2)
- CAVALI-SFORZA, Luca & CAVALI-SFORZA, Francesco. *Quem somos?* São Paulo: Jorge Zahar Ed., 2002. (caps 1 e 2)
- SERRA, Ordep. "Cultura e socialização - considerações antropológicas", (mimeo), 2003.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993. (cap. 2)
- CASTRO, Celso (org.). *Evolucionismo Cultural: textos de Morgan, Taylor e Frazer*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005.
- BOAS, Franz. *Antropologia Cultural*, (Celso Castro org.), Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 1999, (caps. 3 e 4)
- MALINOWSKY, B. "Objetivo, método e alcance desta pesquisa", in A. Z. Guimaraes (org.) *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alvares Editora, 1975, pp.39-61.
- MELLO, Luiz Gonzaga. *Antropologia Cultural: iniciação e temas*, Petrópolis, Editora Vozes, 2004. (caps. 8 e 9)
-

Bibliografia complementar

- ARANTES, A. *O que é cultura popular?*. São Paulo: Brasiliense, 1981. Cap. 2, pp. 23-51.
- BOAS, Franz. *A formação da antropologia americana 1883-1911: antologia* (George W. Stocking org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Unesp, 2000.
- DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, [1973]1989.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura um conceito antropológico*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006.
- MERCIER, Paul. *História da Antropologia*. São Paulo: Editora Moraes, sd.
- POUTIGNAT, Ph. & STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- TODOROV, T. *A conquista da América. A questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
-



Antônio Carlos Lopes Senna
Coordenador Administrativo
Colegiado de Direito
Faculdade de Direito da UFBA
SIAPE 0283978



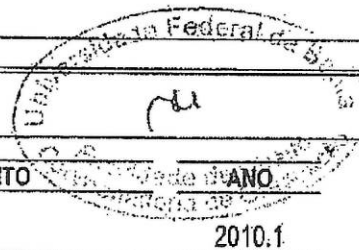
DISCIPLINAS

CÓDIGO
IPSA01

NOME
PSICOLOGIA I

CARGA HORÁRIA			
T	P	E	TOTAL
68			68

ASSINATURA DO CHEFE DO DEPARTAMENTO



2010.1

EMENTA

A Psicologia como ciência: história, objeto e métodos. Principais sistemas e teorias. Processos psicológicos básicos: cognição, emoção, percepção, motivação, aprendizagem e linguagem. Fontes de influência no comportamento: o problema *inato X adquirido*. Aplicações de teorias psicológicas aos diversos campos do conhecimento, enfatizando a prática do direito.

OBJETIVOS

- Conhecer as origens históricas da psicologia
- Definir a psicologia como ciência, relacionando-a aos contextos históricos
- Compreender os processos psicológicos básicos (memória, percepção, motivação, etc.), relacionando-os a campos de aplicação particulares (social/ grupal e prática jurídica/ criminal)

Caracterizar e diferenciar as diversas teorias em psicologia, explorando suas implicações em áreas específicas de aplicação.

METODOLOGIA

Exposições orais do professor
Dinâmicas de grupo
Discussões e debates em sala de aula

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade 1: A PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA

- 1.1. Compreender o contexto e o processo do nascimento da psicologia
- 1.2. Compreender o processo histórico da psicologia no Brasil e no mundo
- 1.3. Analisar criticamente a problemática epistemológica do homem como sujeito e objeto do conhecimento
- 1.4. Identificar quais os objetos de estudo da psicologia

Unidade 2: TEORIAS E SISTEMAS PSICOLÓGICOS

- 2.1 Analisar e discutir criticamente o ponto de vista da Psicanálise
- 2.2 Analisar e discutir criticamente o ponto de vista da Gestalt
- 2.3 Analisar e discutir criticamente o ponto de vista do Behaviorismo (comportamentalismo)
- 2.4 Analisar e discutir criticamente o ponto de vista do Cognitivismo

Unidade 3: FONTES DE INFLUÊNCIA DO COMPORTAMENTO

- 3.1 Compreender o paradigma *inato X adquirido*: biologia e cultura
- 3.2 Identificar e analisar os diferentes modelos interacionistas

Unidade 4: PROCESSOS PSICOLÓGICOS BÁSICOS

- 4.1. Definir e compreender aprendizagem
- 4.2. Definir e compreender motivação
- 4.3. Definir e compreender emoção

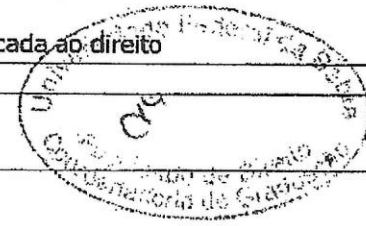
-
- 4.4. Definir e compreender as estruturas da personalidade
 - 4.5. Compreender o comportamento social e os processos grupais

Unidade 5: CAMPOS DO CONHECIMENTO E APLICAÇÃO DA PSICOLOGIA

5.1. Compreender como os conhecimentos psicológicos podem ser aplicados ao direito (percepção, personalidade, psicopatologia, processos grupais e comportamento social)

5.2. Analisar as práticas jurídicas à luz das teorias psicológicas e da psicologia aplicada ao direito

AVALIAÇÃO



1. Prova escrita (individual)
 2. Exercícios práticos em sala (em grupo)
 3. Fichamento de artigos (individual)
 4. Seminários (em grupo)
 5. Trabalho escrito (em grupo)
-

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- Bergeret, J. (1998). *A personalidade normal e patológica*. Trad. Maria Elsjia Vallatti Flores, 3 ed. Porto Alegre: Artmed.
- Bock, A.M.B.; Furtado, O. & Teixeira, M.L.T. (1999). *Psicologias: Uma introdução ao estudo da psicologia*. São Paulo: Editora Saraiva.
- Bucher-Maluschke, J.S.N.F. (2007). *Revisando questões sobre lei, transgressão e família em suas interações com a psicologia, a psicanálise, o direito e a interdisciplinaridade possível*. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23, nº especial.
- Campos, N.M.V & Costa, L.F. (2004). *A subjetividade presente no estudo psicossocial da adoção*. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17 (1), pp. 95-104.
- Fadiman, J. & Neto, A.P. (2003). *Teorias de personalidade*. São Paulo: Harbra
- Laville, C. & Dionne, J. (1999). *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed.
- Maranhão, O. R. (1998). *Psicologia do Crime*. São Paulo: Malheiros editores Ltda., 2ed.
- Pozo, J.I. (2002). *Aprendizes e mestres*. Porto Alegre: Artmed.
- Praça, K.B.D. & Novaes, H.G.V.(2004). *A representação social do trabalho do psicólogo*. *Psicologia ciência e profissão*, 24, nº 2.
- Weiten, W. (2006). *Introdução à psicologia: Temas e variações*. São Paulo: Pioneira

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- Atkinson, R.L; Atkinson, R.C; Smith, E.E.; Bem, D.J. & Nolen-Hoeksema, S. (2002). *Introdução à psicologia*. Porto Alegre: Artmed.
- Davidoff, L.L. (2001). *Introdução à psicologia*. São Paulo: McGraw-Hill.
- Figueiredo, L.C.M. & Santi, P.L.R. (2003). *Psicologia, uma (nova) introdução: uma visão histórica da psicologia como ciência*. São Paulo: EDUC.
- Jostein, G. (1995). *O mundo de Sofia – Romance da história da filosofia*. Trad. João Azenha Jr. São Paulo: Cia. das Letras.
- Massimi, M. & Guedes, M.C. (orgs.) (2004). *História da psicologia no Brasil – novos estudos*. São Paulo: Cortez.
- Myers, D. (1999). *Introdução à psicologia geral*. Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora.
-

APROVAÇÃO PELO DEPARTAMENTO

DATA: / /

CHEFE DO DEPARTAMENTO:



COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO	NOME
DIR -A79	TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

DIRA79 - TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

EMENTA

CONSTITUIÇÃO: CONCEITO E POSIÇÃO NO QUADRO GERAL DO DIREITO. SENTIDO FORMAL E MATERIAL. ESTRUTURA. CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES. SISTEMAS CONSTITUCIONAIS. PODER CONSTITUINTE E PODER DE REFORMA. LIMITAÇÕES. CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS. DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA. SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO. ESTRUTURA DO ESTADO BRASILEIRO. UNIÃO. ESTADO MEMBRO. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. MUNICÍPIO. DISTRITO FEDERAL. INTERVENÇÃO FEDERAL E ESTADUAL.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DIREITO CONSTITUCIONAL

- a) Posição no quadro geral do Direito
- b) Formação da disciplina. Evolução. Fases
- c) Objeto
- d) Divisão
- e) Relação com outras ciências

2. CONSTITUCIONALISMO

- a) Conceito
- b) Evolução
- c) Estágio atual: o neoconstitucionalismo

3. CONSTITUIÇÃO

- a) Conceito
- b) Sentido formal e material
- c) Concepções
- d) Estrutura
- e) Classificação
- f) Sistemas constitucionais

4. PODER CONSTITUINTE E PODER DE REFORMA

- a) Conceito
- b) Características


Antônio Carlos Lopes Senna
Coordenador Administrativo
Colegiado de Direito
Faculdade de Direito da UFBA
SIAPE 0283978

- c) Espécies
- d) Limitações
- e) Mutação constitucional
- f) Elaboração constitucional: regras e  rg os

5. CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

- a) Período colonial
- b) Constituição de 1824
- c) Constituição de 1891
- d) Constituição de 1934
- e) Constituição de 1937
- f) Constituição de 1946
- g) Constituição de 1967. EC 1/1969

6. HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL

- a) Interpretação da lei e interpretação da norma constitucional
- b) Contribuições da hermenêutica filosófica
- c) Regras e princípios constitucionais
- d) Técnicas de interpretação
- e) Princípios de interpretação (unidade, máxima efetividade, interpretação conforme, proporcionalidade e demais princípios)

7. APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

- a) Direito constitucional intertemporal (recepção, revogação, repristinação, desconstitucionalização)
- b) Evolução teórica da eficácia constitucional no direito estrangeiro e no direito brasileiro
- c) Constitucionalização simbólica
- d) Efeitos das normas constitucionais programáticas

8. SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO

- a) Alcance e garantia do princípio
- b) Inconstitucionalidade. Espécies

9. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

- a) Sistemas
- b)  rg os e processos
- c) Efeitos da declaração de inconstitucionalidade
- d) Procedimentalismo x substancialismo
- e) Jurisprudência do STF
- f) Controle de constitucionalidade estadual – o caso da Bahia

10. A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

- a) Preâmbulo
- b) Princípios fundamentais
- c) Objetivos fundamentais
- d) Relações internacionais

11. ESTRUTURA DO ESTADO BRASILEIRO

- a) Forma do estado, forma do governo e regime político
- b) Capital federal. Idioma oficial. Símbolos
- c) Criação, modificação e extinção de Territórios Federais, Estados e Municípios. Participação popular direta
- d) Vedações federativas
- e) Princípio da simetria. A jurisprudência do STF

12. DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS


Ant nio Carlos Lopes Senna
Coordenador Administrativo
Colegiado de Direito
Faculdade de Direito da UFBA
SIAPE 0283978

- a) Órgãos e entidades constitucionais. Poderes e funções
- b) Competência. Espécies
- c) Sistemas de distribuição
- d) Poderes expressos e implícitos, discriminados, remanescentes e residuais

13. UNIÃO

- a) Conceito
- b) Bens. Exploração de recursos naturais
- c) Competências

14. ESTADO MEMBRO

- a) Conceito
- b) Autoorganização, autolegislação, autogoverno e autoadministração
- c) Bens e recursos
- d) Competências
- e) Relações com Municípios
- f) Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões

15. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

- a) Conceito: poderes remanescentes
- b) Limitações: o modelo federal
- c) A Constituição da Bahia.

16. MUNICÍPIO

- a) Formação. Importância histórica e política
- b) Autonomia: organização, governo e administração
- c) Bens e recursos
- d) Competências. O peculiar interesse local.
- e) Fiscalização financeira e orçamentária

17. DISTRITO FEDERAL

- a) Configuração jurídica e política
- b) Desenvolvimento histórico-constitucional
- c) Bens e recursos
- d) Competências
- f) Câmara Distrital. Governador

18. SUSPENSÃO DE DIREITOS

- a) Defesa do Estado Democrático de Direito. Institutos
- b) Estado de Defesa. Estado de Sítio.
- c) Condicionamento e Limitações.
- d) Controle Político e Judiciário
- e) Duração. Guerra.

19. INTERVENÇÃO

- a) Intervenção federal. Objeto
- b) Princípios e hipóteses de intervenção
- c) Decretação. O interventor
- d) Controle
- e) Intervenção estadual

METODOLOGIA


Antônio Carlos Lopes Senna
Coordenador Administrativo
Colegiado de Direito
Faculdade de Direito da UFBA
SIAPE 0283978

- Aulas teóricas, com exposição sobre os pontos.
- Debates em aula.
- Avaliações em classe

BIBLIOGRAFIA

(Considerar, sempre, as edições mais recentes das obras)

ALEXY, Robert. **Constitucionalismo discursivo**

ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes. **Competências na Constituição de 1988**

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo**

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição**

CARNEIRO, Wálber Araújo. **Hermenêutica jurídica heterorreflexiva**

CRUZ, Gabriel Dias Marques da. **Arguição de descumprimento de preceito fundamental**

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de direito constitucional**

DANTAS, Miguel Calmon Teixeira. **Constitucionalismo dirigente e pós-modernidade**

HIRSCH, Fábio Periandro de Almeida. **Recurso extraordinário e ofensa reflexa à Constituição**

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**

NEVES, André Luiz Batista. **Introdução ao controle de constitucionalidade**

NEVES, Marcelo. **Transconstitucionalismo**

RAMOS, Elival da Silva. **Ativismo judicial: parâmetros dogmáticos**

SILVA NETO, Manoel Jorge e. **Curso de direito constitucional**

SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à Constituição**

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**


Antônio Carlos Lopes Senna
Coordenador Administrativo
Colegiado de Direito
Faculdade de Direito da UFBA
SIAPE 0283978



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA

SECRETARIA GERAL DOS CURSOS

PROGRAMA DE COMPONENTES

CURRICULARES

COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME

DIR83

TEORIA DO DIREITO PENAL I

CARGA HORÁRIA

MÓDULO

SEMESTRE VIGENTE

T	P	E	TOTAL
68	0	0	68

T	P	E
45	0	0

2009.1

EMENTA

LIMITES DA ATUAÇÃO DO DIREITO PENAL, PARTINDO-SE DE UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA PARA SITUAR O CRIME E A PENA COMO ENTIDADES JURÍDICAS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO. SUAS RELAÇÕES COM AS DISCIPLINAS CORRELATAS, DISTINÇÕES. A NORMA PENAL. FONTES, MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO E ESFERA DE APLICABILIDADE. TEORIA DO CRIME.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL:

1. Desenvolver sistematicamente as questões dogmáticas fundamentais sobre o conteúdo programático, a partir da + projeção das densas polêmicas geradas na doutrina científica entre os tratadistas nacionais e estrangeiros sobre a matéria, de forma a permitir ao aluno a aplicação dos conhecimentos teóricos na análise e solução de problemas da prática penal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Pretende-se destacar a transcendental relevância da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no âmbito penal enquanto legitimadora da proteção de bens jurídicos mais relevantes para a vida societária e para a concretização dos direitos e garantias fundamentais da pessoa humana, no contexto do Estado Democrático de Direito; bem como evidenciar a importância do "princípio da exclusiva proteção de bem jurídico" enquanto diretriz interpretativa vinculante para o legislador penal no âmbito infraconstitucional, assim como para o hermenauta no exercício consciente

Antônio Carlos Lopes Senna
Coordenador Administrativo
Colegiado de Direito
Faculdade de Direito da UFBA
SIAPE 0283578

e democrático de suas funções no processo penal, no mais profundo respeito ao ser humano, sua dignidade e liberdade, bem como:

2. Evidenciar que o Direito Penal, enquanto ciência prática é, também, uma ciência sistemática, cujo labor hermenêutico se sujeita, inteiramente, aos princípios penais constitucionais, expressos e implícitos e regras constitucionais atinentes à matéria;
3. Transmitir um conhecimento reflexivo ao lado do conhecimento instrumental acerca dos quadros essenciais da matéria penal suprarreferenciada, a partir de uma abordagem teórica conjugada à análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, com especial debate sobre os aspectos principiológicos da disciplina;
5. Promover o estímulo à pesquisa científica e evidenciar a relevância de um estudo com abordagem interdisciplinar.

METODOLOGIA

Será adotada a metodologia expositiva com o necessário diálogo com o corpo discente, a partir da projeção de ampla casuística, com o objetivo de preparar o aluno para o seu ingresso futuro nas carreiras jurídicas. Pretende-se transmitir um conhecimento reflexivo ao lado do conhecimento instrumental acerca dos quadros essenciais dos temas constantes dos programas da disciplina, a partir de uma abordagem teórica conjugada à análise de problemas concretos, inclusive, de casos extraídos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal pertinente à matéria, bem como de um necessário intercâmbio de conversação com outros campos do conhecimento, como a Política Criminal e a Criminologia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I

1. Dogmática Penal: Características e Funções do Direito Penal no Estado Democrático de Direito.
2. A questão dos microssistemas penais.
3. Relações do Direito Penal com outros ramos jurídicos.
4. Direito Penal na Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988:
 - 4.1 Princípios constitucionais penais (expressos e implícitos);
 - 4.2 Mandados de criminalização.
5. Teoria do bem jurídico
6. Dogmática Penal. Criminologia: teorias etiológicas e críticas. Modelos de Política Criminal.
7. Ciências auxiliares do Direito Penal.

UNIDADE II

1. Escolas penais
2. Histórico do Direito Penal positivo brasileiro

UNIDADE III

1. Fontes do Direito Penal no direito interno. Fontes internacionais do Direito Penal. Direito Internacional Penal: Tribunal Penal Internacional.
2. Norma penal:
 - 2.1 Teoria da norma penal
 - 2.2 Características
 - 2.3 Classificações
 - 2.5 Técnica legislativa.


Antônio Carlos Lopes Senna
Coordenador Administrativo
Colegiado de Direito
Faculdade de Direito da UFBA
SIAPE 0283978

- 2.6 Norma penal em branco.
- 2.6 Métodos de interpretação e integração da norma penal.
- 2.7 Conflito aparente de normas penais
- 3. Aplicação da lei penal no tempo
- 4. Âmbito de validade espacial da lei penal.
- 5. Aplicação da lei penal em relação às pessoas
- 6. Contagem de prazo. Frações não computáveis da pena. Eficácia da sentença estrangeira.

UNIDADE IV

- 1. Classificação das infrações penais: tripartida e bipartida.
- 2. Dessemelhanças entre crime e contravenção penal.
- 3. Conceitos de crime: formal, material e analítico. Análise introdutória do conteúdo dos elementos do conceito analítico de crime.
- 4. Sujeitos e objeto do crime.
- 5. Responsabilidade penal da pessoa jurídica.
- 6. Categorias doutrinárias de crimes.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia básica:

ARAGÃO, Antônio Moniz Sodré. **As três Escolas Penais.**

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal.** Vol. 1.

HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao Código penal:** Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Bibliografia complementar:

BECCARIA, Cesare marchese di. **Dos delitos e das penas.**

CARVALHO FILHO, José Cândido. **Concurso aparente de normas penais.** 1972. 60 f. Tese (Livre docência) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Direito, 1972.

FRANÇA, Genival Veloso de. **Medicina legal.**

LISZT, Franz. **Tratado de direito penal alemão.**

PALAZZO, Francesco C. **Valores constitucionais e Direito Penal.**

PRADO, Luiz Regis. **Bem jurídico-penal e Constituição.**

SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal: parte geral.**

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de Direito Penal.**



Antônio Carlos Lopes Serrão
Coordenador Administrativo
Colegiado de Direito
Faculdade de Direito da UFBA
SIAPE 0283978



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA
SECRETARIA GERAL DOS CURSOS

PROGRAMA DE COMPONENTES
CURRICULARES

COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO NOME
DIRA74 HISTÓRIA DO DIREITO

CARGA HORÁRIA				MÓDULO			SEMESTRE VIGENTE
T	P	E	TOTAL	T	P	E	
68	0	0	68				2009.1

EMENTA

Caracteres da História do Direito. Temas da História do Direito. Temas da História do Direito. Direito Antigo. Direito Greco-Latino. Direito Medieval. Direito Moderno. História do Direito Brasileiro. As Ordenações Portuguesas. A Organização Jurídica do Brasil Colonial. As Legislações Republicanas e a Nova Ordem Constitucional.

OBJETIVOS

Discutir o objeto de estudo, o campo de atuação da disciplina história do direito. Analisar marcos teóricos metodológicos para construção de uma nova história do direito. Estabelecer parâmetros para um debate acerca da interação entre o Direito e a História. Compreender a relação entre o Direito e o poder político por meio do mapeamento dos interesses políticos e das forças sociais em um determinado momento histórico. Compreender o processo de construção do Direito e refletir criticamente sobre as bases das instituições jurídicas, da elite jurídica e do sistema normativo e seus reflexos atuais. Permitir que o aluno visualize as transformações, rupturas e permanências dos institutos do direito no decorrer da história, utilizando-se como parâmetro o direito vigente. Colaborar no processo de auto-reconhecimento pelo discente como um sujeito histórico, potencial transformador da realidade sociopolítica e jurídica do mundo em que vive. Evidenciar como o direito se cristaliza como produto de seu tempo, demonstrando que sua legitimidade busca suas raízes mais profundas na tradição histórica da sociedade que o produz. Perceber a importância da relação ensino, pesquisa e extensão em história do direito.

METODOLOGIA

Aulas expositivas, debates, palestras de convidados, recursos audiovisuais, leituras orientadas, pesquisas e trabalhos individuais ou em grupo.


Antônio Carlos Lopes Senna
Coordenador Administrativo
Colegiado de Direito
Faculdade de Direito da UFBA
SIAPE 0282978

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução à história do direito. Base metodológica e conceito
2. Linhas de força de uma nova história e da história do direito
3. O Direito como fenômeno histórico. A história do direito como disciplina auxiliar do Direito necessária para a compreensão das instituições e das fontes.
4. Os direitos dos povos sem-escrita (antropologia e arqueologia do direito)
5. O direito na antiguidade oriental e ocidental.
6. O direito na Europa. O direito bizantino. O direito medieval.
7. Os direitos nacionais. A repercussão da revolução francesa.
8. O direito inglês e o Common Law.
9. O Direito português ao tempo do descobrimento do Brasil: as Ordenações Afonsinas, as Manuelinas, as leis extravagantes.
10. A primeira legislação relativa ao Brasil, legislação eclesiástica, legislação civil (os alvarás, as cartas regias).
- 10.1 - O Direito durante o regime das capitanias e no regime do Governo Geral do Brasil, até domínio espanhol. O Direito durante o domínio espanhol. As Ordenações Filipinas. O direito na transferência da Corte.
- 11.0 - O Direito brasileiro.
- 11.1 - Na Independência e no Primeiro Império. A Constituição de 1824. Organização jurídica. A fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil, sua repercussão.
- 11.2 - O Direito durante a Regência de 1832. O Ato Adicional e a Lei de Interpretação. O direito no Segundo Império.
- 11.3 Revoltas populares no Brasil Colônia e Império
- 11.4 O direito e a escravidão no Brasil e na Bahia. Lutas e emancipação
- 11.5 - O Direito na República. A Constituição de 1891, o Código Civil de 1916.
- 11.6 - A Revolução de 30. A Constituição de 34 e de 37.
- 11.7 - A redemocratização e a Constituição de 1946.
- 11.8 O Estado de Segurança nacional. A Ditadura Militar Brasileira (1964-1985)
- 11.9 Democracia e Constituição de 1988. Brasil. Momento atual

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica

- LOPES, José Reinaldo de Lima. O direito na história: lições introdutórias. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- LOPES, José Reinaldo de Lima et alli. Curso de história do direito. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2009.
- WOLKMER, A. C. História do Direito no Brasil. Rio de Janeiro: Forense. 1998.
- _____, Fundamentos de História do Direito. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 1996.

Bibliografia Complementar

- ALBERGARIA, Bruno. Histórias do direito. São Paulo: Atlas, 2011.
- ANGELOZZI, Gilberto. História do direito no Brasil. Rio de Janeiro: Feitas Bastos. 2009.
- ASSIS, Olney Queiroz & KUMPEL, Vitor Frederico. Manual de antropologia jurídica. São Paulo: Saraiva: 2011.
- BUENO, Eduardo. Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção. São Paulo: Leya: 2010.
- BURKE, Peter. A Escola dos Annales 1929-1989; a Revolução Francesa na historiografia. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 1997.
- CHRISPINIANO, José (Org.). Dossiê tráfico negreiro. In História Viva, São Paulo: Duetto, ano VI, numero 66, 2011.
- CÓDIGO DE HAMURABI: CÓDIGO DE MANU: LEI DAS XII TÁBUAS. 2.ed. São Paulo: Edipro, 2002.
- FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.
- FREI BETTO. Diário de Fernando: nos cárceres da ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- GASPARI, Elio. A Ditadura Escancarada, São Paulo: Cia da Letras, 2002.


Antônio Carlos Lopes Senna
Coordenador Administrativo
Colegiado de Direito
Faculdade de Direito da UFBA
SIAPE 0283978

- GILISSEN, John, *Introdução Histórica ao Direito*, Lisboa, Calouste Gulbenkian, 2001.
- GOMES, Mércio Pereira. *Antropologia: ciência do homem: filosofia da cultura*. São Paulo: Contexto, 2008.
- GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa & DIAS, Maria Teresa Fonseca. *(Re)pensando a pesquisa jurídica*. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.
- HESPANHA, António M., *Panorama histórico da cultura jurídica europeia*, Lisboa, Europa-América, 1997;
- NASCIMENTO, Walter Vieira do. *Lições de história do direito*. 13 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.
- NEDER, Gizlene. *História e direito: jogos de encontros e transdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Reva, 2007.
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil Escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- PALMA, Rodrigo Freitas. *História do direito*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 3. ed. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROULAND, Norbert. *Nos confins do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- SCHWART, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil Colonial. O Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-175*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: UNESP: Salvador: EDUFBA, 2001.
- WOLKMER, A. C. *Introdução ao pensamento jurídico crítico*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- _____, *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*. São Paulo: Alfa Omega, 1994.

Assinatura e Carimbo do Chefe do Departamento

Programa aprovado em reunião plenária do dia

____/____/____

Assinatura e Carimbo do Coordenador do Curso

Programa aprovado em reunião plenária do dia

____/____/____


Antônio Carlos Lopes Senna
Coordenador Administrativo
Colegiado de Direito
Faculdade de Direito da UFBA
DIAPE 0283978

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
DEPARTAMENTO DE DIREITO PRIVADO
CURSO DE DIREITO – SEMESTRE VIGENTE
 Professor:



COMPONENTE CURRICULAR

Código		Disciplina					
DIRA82		TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL I					
		On0					
Pré-requisito da disciplina				Pré-requisito para			
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO				TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL II			
Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Estágio	Total	Teórico	Práticos	Estágio	Total
02	01	00	03	34	34		68
Ementa							
Noção de Direito Civil. O Estudo das Pessoas. A Personalidade Jurídica. Os Direitos da Personalidade. Domicílio. Direitos da Personalidade. Classificação (Noções sobre os Temas em Espécie). O Estudo dos Bens. O Objeto da Relação Jurídica. O Estudo da Relação Jurídica.							
Objetivos							
Analisar e compreender os princípios doutrinários e legais pertinentes à disciplina da relação jurídica em seus elementos estruturais (sujeitos, objetos e fatos) contidos no Código Civil (Lei nº 10406, de 10/01/2002).							

Conteúdo programático
<p>1. INTRODUÇÃO – NOÇÃO GERAL DO DIREITO CIVIL</p> <p>Objeto e Finalidade da Teoria Geral do Direito Civil Conceito de Direito Civil. Etiologia histórica do Código Civil Brasileiro. Codificação, consolidação e microsistemas. O Novo Código Civil – Lei Federal nº10.406, de 10.01.2002 . A Lei de Introdução ao Código Civil. Conteúdo e função.</p>
<p>2. O ESTUDO DAS PESSOAS – A PERSONALIDADE JURÍDICA</p> <p>A PERSONALIDADE JURÍDICA EM GERAL Conceito de pessoa – o sujeito de direito. A capacidade jurídica. A classificação das pessoas: físicas e jurídicas As pessoas jurídicas de direito privado e de direito público. As chamadas “pessoas formais” (espólio, massa falida, etc) - a “personificação processual” - limites e restrições às capacidades das pessoas formais</p> <p>A PESSOA FÍSICA OU NATURAL Conceito. Individualização da pessoa natural. O nome. Conceito. Características. Distinção de prenome. Mutabilidade. Regime jurídico. O estado da pessoa natural. Começo da personalidade natural- o nascimento com vida O regime das incapacidades. O caráter excepcional das incapacidades. Incapacidade relativa. Incapacidade absoluta Cessação da incapacidade. Proteção aos incapazes – o regime de suprimento das incapacidades no Novo Código Civil Assistência e representação legal e judicial. A emancipação. Conceito. Causas. Forma. Efeitos.</p> <p>Extinção da Personalidade Natural A morte. Real e presumida. O Novo Código Civil. A comprovação da morte real (certidão de óbito e justificação)</p>

A configuração da morte presumida

A ausência

Conceito. Hipóteses legais. Taxatividade. A declaração de ausência. Efeitos: quanto à pessoa e aos bens do ausente (a sucessão provisória e definitiva)

3- OS DIREITOS DA PERSONALIDADE – NOÇÕES GERAIS

Direitos da personalidade. Conceito. Histórico. Teorias. Natureza. Objeto dos direitos da personalidade: as projeções físicas, psíquicas ou sociais da pessoa humana. Fundamentos. Caracteres.

Classificação dos direitos da personalidade (noções gerais sobre os temas em espécie)

3.1 direito à integridade física

direito à vida

- suicídio;
- eutanásia;
- consumo de drogas;
- aborto;
- inseminação artificial;
- esterilização (masculina ou feminina);
- contratos/atividades com prestações de risco de vida.

direito sobre o próprio corpo (noções gerais)

sobre o corpo inteiro vivo

- inseminação artificial (heteróloga/homóloga):
- espermatozóide e óvulo;
- esterilização (masculina/feminina);
- intervenção médica;
- transexualismo x homossexualismo;
- rastreamento eletrônico.

sobre o corpo inteiro morto (Lei n. 8501, de 30.11.92)

- direito sobre o cadáver -Estado
- família
 - disposições "mortis causa" feitas pelo "de cujus"

- sepultura;
- cremação;
- investigação científica;
- transplante de órgãos.

-sobre partes do corpo (Lei no. 9434, de 04.02.97)

- cirurgia estética -pura
- reparadora

- transusão de sangue;
- doação de órgãos;
- aluguel de útero. questionamentos atuais.

Aspectos

- atentados procedentes de terceiros;
- limites do poder de disposição prestativa de caráter oneroso.

3. 2- Direito à integridade moral.

direito à honra (tutela da boa fama e respeitabilidade)

direito à privacidade

direito à imagem (exibição de retrato ou imagem)

Exceções:

- 1.
- notoriedade da pessoa;
 - cargo desempenhado;
 - investigação policial;
 - exigência ou necessidade judicial;
 - fins científicos, didáticos ou culturais;
 - fatos de interesse público;
 - fatos ocorridos em público;
 - imagem da pessoa estiver enquadrada em lugar público.



direito à intimidade (ex.: recato sexual; segredo de correspondência, telegráfico, telefônico; segredo profissional; sigilo bancário)

Direito moral do autor de obra intelectual

Direito à identidade. Conceito. Os estados das pessoas. Conceito. Características e espécies : individual, familiar e político. Direito ao nome. componentes e características. Utilização e defesa do nome. Alteração.

A PESSOA JURÍDICA

Conceito. Generalidades. Fins da pessoa jurídica. Teorias explicativas. Capacidade da pessoa jurídica. Limites. Começo da existência legal da pessoa jurídica. A "apresentação" da pessoa jurídica. Distinção de representação. Classificação das pessoas jurídicas. Caracteres. Fim da pessoa jurídica

A teoria da despersonalização da pessoa jurídica. Origem histórica. Hipóteses de ocorrência. Limites. Consequências pessoais e patrimoniais da despersonalização

4- DOMICÍLIO

Conceito de domicílio. Elementos. Importância. Domicílio e residência. Distinção. Espécies de domicílio: legal e voluntário. Pluralidade de domicílios. Consequências da fixação do domicílio. Mudança de domicílio. O domicílio de eleição. O domicílio das pessoas jurídicas de direito privado

5- O ESTUDO DOS BENS – O OBJETO DA RELAÇÃO JURÍDICA

Noção de bens. Classificação dos bens

Bens que estão fora do comércio

Distinção entre bem e coisa

Bens reciprocamente considerados

Coisa principal e acessória
Espécies de bens acessórios

Bens considerados em si mesmos

- Bens divisíveis e indivisíveis
- Bens consumíveis e inconsumíveis
- Bens fungíveis e infungíveis
- Bens imóveis e móveis
- Bens corpóreos e incorpóreos

Bens considerados em relação ao titular do domínio

Bens singulares e coletivos
Públicos e privados

Conceito e distinção entre universalidades de fato e de direito. Exemplos.
Elementos da universitas juris e as consequências da sua configuração

6- O ESTUDO DA RELAÇÃO JURÍDICA – PROPEDEÚTICA

Teoria geral dos fatos jurídicos – A relação jurídica. Conceito de relação jurídica. Elementos essenciais à relação jurídica: sujeito, objeto e fato propulsor

O ato-fato

Os fatos puros

Os fatos jurídicos. Conceito e classificação. O fato jurídico em sentido amplo

Fato jurídico "stricto sensu"

- ordinários
- extraordinários

O ato jurídico em sentido amplo

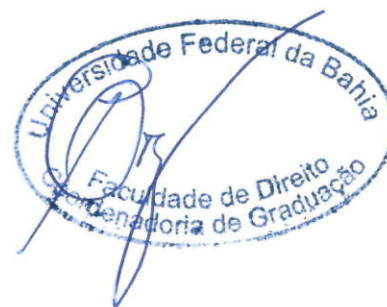
- O ato ilícito

Conceituação e classificação

Conceitos e elementos do ato ilícito. Consequências do ato ilícito. Ato lesivos que não são ilícitos (autorizados em Lei)

- O ato jurídico em sentido estrito e o negócio jurídico. Conceitos.

Elementos comuns. Critérios distintivos. Exemplos.



Metodologia

Aulas expositivas, com comentários e discussões sobre a teoria e o direito positivo; apresentação de questões práticas; estudos de casos; análise de jurisprudência; comentários sobre assuntos relacionados e pertinentes à disciplina. Uso do quadro e recursos audiovisuais; condução de seminários e de trabalhos em grupos de estudos.

Avaliação

Os alunos serão submetidos a, no mínimo, duas avaliações regimentais assim constituídas:

1ª Avaliação - Prova com questões dissertativas e (ou) objetivas: 10,0 pontos- PESO 4,0.

2ª Avaliação - Prova com questões dissertativas e (ou) objetivas: 10,0 pontos- PESO 6,0.

Eventualmente serão realizados seminários, exigidos fichamentos de textos e implementados outros procedimentos didático- avaliatórios que serão previamente informados aos alunos

Bibliografia

Bibliografia Básica

AMARAL, Francisco. *Direito civil: introdução*. 7. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

ANDRADE, Manuel A. Domingues. *Teoria geral da relação jurídica*, vols.1 e 2, 8ª. reimpressão, Coimbra: Livraria Almedina, 1988.

BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. *Direitos de personalidade e autonomia privada*. 2. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2007.

CASTRO, Mônica Neves Aguiar da Silva. *Honra, imagem, vida privada e intimidade, em colisão com outros direitos*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

DE CUPIS, Adriano. *Os direitos da personalidade*. Tradutor: Afonso Celso Furtado Resende. Campinas: Romana, 2004

FARIAS, Cristiano Chaves de e ROSENVALD, Nelson. *Direito civil- Teoria geral*. Salvador: Juspodivm, Última edição.

FRANÇA, Rubens Limongi. *A Irretroatividade das Leis e o Direito Adquirido*. 6ª edição. São Paulo: Saraiva, 2000.

GAGLIANO, Pablo Stolze. – PAMPLONA F. *Novo curso de direito civil - Parte Geral*. Saraiva. Última edição.

GOMES, Orlando. *Introdução ao direito civil*. Rio de Janeiro: Forense, Última edição.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*. 23. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009, v. 1.

RIZZARDO, Arnaldo. *Parte geral do código civil*. Rio de Janeiro: Forense, Última edição.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito civil*. São Paulo: Atlas, v. I, Última edição.

Bibliografia complementar

ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito civil - teoria geral*. Coimbra: Coimbra Editora, 2002. Vols. I e II e III.

BITTAR, Carlos Alberto. *Os direitos da personalidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

COSTA, Judith Martins. *A boa-fé no direito privado*. São Paulo: Saraiva, 1999.

. *A reconstrução do direito privado*. São Paulo: Saraiva, 2000.



CORTIANO JUNIOR, Eroulths. Alguns apontamentos sobre os chamados Direitos da Personalidade. In: FACHIN, Edson Luiz (coord.). *Repensando os fundamentos do direito civil brasileiro contemporâneo*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro*, v. 1: teoria geral do direito civil. 26. ed. rev. aum. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. *Estado atual do biodireito*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DONEDA, Danilo. *Os direitos da personalidade no novo código civil*. In: A parte geral do novo: estudos na perspectiva civil-constitucional. TEPEDINO, Gustavo (coordenador). Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

_____. *Da privacidade à proteção de dados pessoais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

ENNECCERUS, Ludwig; KIPP, Theodor; WOLF, Martin. *Tratado de derecho civil*. Trad. espanhola de Blas Pérez González e José Alguer. Barcelona: Bosch, 1954.

ESPÍNOLA, Eduardo; e ESPÍNOLA FILHO, Eduardo. *A Lei da Introdução ao Código Civil Brasileiro*. 2. ed. atual. por Sílvia Pacheco. V. 1. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

FACHIN, Luiz Edson. *Teoria crítica do direito civil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

_____. *Estatuto jurídico do patrimônio mínimo*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

FERNANDES, Milton. *Os direitos da personalidade e o estado de direito*. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, n. 50, janeiro, 1980.

FINGER, Julio César. *Constituição e direito privado: algumas notas sobre a chamada constitucionalização do direito civil*. IN SARLET, Ingo Wolfgang. *A Constituição concretizada: construindo pontes com o público e o privado*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

FRANÇA, Limongi Rubens. *Instituições de direito civil*. 3.ª ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1994.

_____. *Institutos de proteção à personalidade*. Revista dos Tribunais: São Paulo, ano 57, n. 391, maio/1968.

GONÇALVES, Luís da Cunha. *Tratado de direito civil*. São Paulo: Max Limonad, 1956.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. *Tendências do direito civil no século .XXI.* IN Fiúza, César; SÁ, Maria de Fátima Freire de; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira (Org.). *Direito Civil: Atualidades*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

JABUR, Gilberto Haddad. *Liberdade de pensamento e o direito à vida privada*. São Paulo: RT, 2000.

LARENZ, Karl. *Derecho civil: parte general*. Madrid : Editorial Revista de Derecho Privado, 1978.

_____. *Derecho justo. fundamentos de ética jurídica*. trad. Luiz Díez-Picazo. Madrid : Civitas, 1985.

MIRANDA, Pontes de. *Tratado de direito privado*. Vols. 2-5. Campinas: Brookseller, 2000.

MONTEIRO, W. B. *Curso de direito civil. Parte geral*. V. I. São Paulo: Saraiva, 2009.

RÁO, Vicente. *O Direito e a Vida dos Direitos*. 3ª edição, vol. 1. RT. São Paulo, 1991.

REALE, Miguel. *O projeto do novo código civil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

RODRIGUES, Sílvia. *Direito civil. parte geral*. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Data ___/___/___
Docente _____

Assinatura e Carimbo do Chefe do Departamento
Programa aprovado em reunião plenária do dia ___/___/___

Assinatura e Carimbo do Coordenador do Curso
Programa aprovado em reunião plenária do dia ___/___/___



UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA
SECRETARIA GERAL DOS CURSOS

PROGRAMA DE COMPONENTES
CURRICULARES

COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME

DIR -A84

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIRA84 - DIREITO CONSTITUCIONAL

EMENTA

PODER LEGISLATIVO. SENADO FEDERAL E CÂMARA DOS DEPUTADOS. MANDATO PARLAMENTAR. PROCESSO LEGISLATIVO. ORÇAMENTO. FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA. PODER EXECUTIVO. MINISTROS DE ESTADO. PODER EXECUTIVO. MINISTROS DE ESTADO. PODER JUDICIÁRIO. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. SEPARAÇÃO DE PODERES

- a) Noção. Origem. Evolução
- b) Poder uno. Tripartição de funções públicas
- c) Funções típicas e atípicas
- d) Usurpação de competências e controles

2. PODER LEGISLATIVO

- a) Função: normativa, de controle, típica e atípica
- b) Estrutura. Composição da Câmara dos Deputados e do Senado
- c) Legislatura. Convocação. Reuniões. Deliberações
- d) Atribuições do Congresso Nacional. Competências privativas.
- e) Comissões parlamentares e) estatuto dos congressistas
- f) Poder Legislativo estadual
- g) Poder Legislativo municipal

3. PROCESSO LEGISLATIVO

- a) Técnica de elaboração. Emenda constitucional, lei complementar e lei ordinária
- b) Iniciativa e poder de emenda. Discussão e aprovação. Turnos. Revisão
- c) Sanção. Veto. Promulgação
- d) Lei delegada e medida provisória
- e) Decreto Legislativo e Resolução

4. ORÇAMENTO

- a) Conceito e espécies. Conteúdo
- b) Princípios


Antonio Carlos Lopes Benna
Coordenador Administrativo
Colegiado de Direito
Faculdade de Direito da UFBA
SIAPE 0283978